



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 208 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2021 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 **STML reúne com os trabalhadores das oficinas**
- 6 **Bedoteca e Arquivo Municipal de Lisboa**
- 10 **Greve Nacional da Administração Pública de 12 de Novembro**
- 12 **Juntas de Freguesia**
- 14 **Ligação Histórica do STML aos Sapadores Bombeiros;**
- 17 **Manifestação nacional da CGTP-IN a 20 de Novembro**
- 20 **Festa de Natal de 2021**



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 208 – NOVEMBRO-DEZEMBRO 2021

[WWW.STML.PT](http://WWW.STML.PT)

**Director** Vítor Reis

**Corpo Redactorial** Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

**Propriedade**

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

**Administração e Redacção**

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/35

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Preço de capa** 0,01€

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

#### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

#### TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

#### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

### EDITORIAL

Os últimos meses deste ano são marcados impreterivelmente por dois momentos. O primeiro diz respeito aos resultados das eleições autárquicas de 26 de Setembro que, para a realidade da cidade de Lisboa, definiu novos governantes. Um segundo, o que observa a postura do Governo PS de António Costa em quebrar todas as expectativas que um cenário político-financeiro a todos os níveis favorável, tornava possível para os trabalhadores, em especial os da administração pública, uma melhoria real das suas vidas já a partir de Janeiro.

A vontade deste Governo em responder aos problemas dos trabalhadores e do país mostrou-se praticamente nula e daí o chumbo da sua proposta de orçamento do Estado por quase todos os partidos com assento parlamentar, sabendo, porém, que as motivações do 'voto contra' de uns e de outros partidos são bem distintas, para não dizer claramente antagónicas.

No campo particular dos trabalhadores da administração pública, sem respostas aos seus problemas e às suas reivindicações, não só no campo dos salários, mas também das carreiras, das condições de trabalho, da actualização dos suplementos, na aposentação, na identificação das profissões de desgaste rápido, na revogação de um famigerado sistema de avaliação, entre muitas outras matérias, o caminho será de luta, agora mais do que nunca!

**A greve nacional de 24 horas convocada para 12 de Novembro pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, que o STML integra,** será um momento determinante na força que é necessário erguer pelos motivos que a justificam. Deverá ser claro e inequívoca a vontade dos mais de 700 mil trabalhadores da função pública em lutar pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, por direitos e salários dignos.

Uma semana depois, **a 20 de Novembro,** voltando a sublinhar a importância em lutar e obter respostas aos problemas dos trabalhadores, não só do sector público, mas também do sector privado, terá lugar a **manifestação nacional convocada pela CGTP-IN** para a cidade de Lisboa, com concentração às 14h30 no Marquês de Pombal.

No município de Lisboa, com um novo Executivo resultante das eleições autárquicas, o STML aguarda uma primeira reunião, já solicitada ao novo Presidente da CML. Também a nível das freguesias, foram já requeridas reuniões de trabalho junto dos respectivos Executivos que, no essencial, servirão para apresentar os problemas dos seus trabalhadores e as prioridades de resolução na óptica do Sindicato. Em tempo oportuno, daremos conta dessas reuniões, das percepções e perspectivas para o futuro imediato. Nas empresas municipais, algo análogo se coloca no imediato, desconhecendo no momento em que escrevemos este artigo, quem continuará a nível das administrações tanto da GEBALIS, EGEAC ou SRU. Num quadro mais iluminado, para inícios de Novembro espera-se reunir com o conselho de administração do MARL, dando início ao processo negocial sobre a proposta de Acordo de Empresa dos trabalhadores e Sindicato.

Como a vida não se faz só de luta, mas também envolve festa e convívio, a Direcção do STML voltou a programar a tradicional festa de natal para os seus associados e respectivos familiares traduzida pela ida ao Circo nos primeiros dias de Dezembro. Com esta edição *d'o Trabalhador do Município de Lisboa*, segue em conjunto **uma carta** que deverá ser lida atentamente. Aí encontrarão a informação sobre as datas e normas para o levantamento dos devidos bilhetes do circo. **A todos os nossos associados, desejamos um bom espectáculo e umas boas festas!**



# Ainda as autárquicas em Lisboa: resultados não passam cheque em branco à direita

**Ao derrotar Fernando Medina e o PS, os lisboetas mostraram o cartão vermelho a quem, no essencial, lhes virou costas e sobrepôs os interesses de alguns à generalidade da população. Com Carlos Moedas e o PSD/CDS nada garante que essa perspectiva tão seletiva se altere, por isso mesmo, a actual composição camarária está longe de dar plenos poderes à direita na gestão da capital.**

Podemos extrapolar com casos indignos que vieram a lume dias antes do acto eleitoral do último 26 de Setembro, mas não podemos esquecer que o PS, em coligação com o BE, nunca deixou, ao longo do mandato, de convergir com o PSD e o CDS em opções estruturantes do desenvolvimento da cidade. E com isso, demonstrou a incapacidade para colocar o poder local, as suas estruturas e meios, ao serviço da população da cidade e da resolução dos seus problemas concretos. Foi contra esse estado de coisas que os lisboetas votaram, derrotando efectivamente o PS.

Podemos apontar domínios-chave da governação onde foi por demais evidente a incapacidade da anterior maioria, nomeadamente o planeamento e o urbanismo. Nessa matéria, o caminho esteve sempre aberto à especulação imobiliária, em oposição com o interesse público.

Outra das características do último mandato de Fernando Medina (acentuando uma linha programática que começou com António Costa) foi a concentração do investimento em zonas centrais da cidade, a promoção do turismo como eixo primordial de desenvolvimento económico e uma política de planeamento do espaço urbano sem sustentabilidade ou vocação para escutar os cidadãos e sem capacidade para responder aos desafios globais das alterações climáticas.

A tudo isto, soma-se o falhanço ou, para sermos mais rigorosos, a falta de aposta numa política pública de Habitação, ainda mais colocada a nu com a pandemia de Covid-19.

Sobre esta questão, importa olhar atentamente para os dados demográficos oficiais, demonstrativos da natureza socialmente repulsiva do modelo de desenvolvimento económico, social e urbano que o PS prosseguiu em Lisboa. Na última década, a cidade continuou a perder população – em 2021, 544.851 habitantes, menos 8.000 habitantes do que em 2011, sendo significativo olhar para as freguesias onde o desenvolvimento do turismo atingiu níveis de clara insustentabilidade social, como a Misericórdia (-26% da população), Santa Maria Maior (-22%) e São Vicente (-9%).

Manda a prudência e a experiência não sustentar grandes expectativas quanto ao novo executivo liderado pelo PSD/CDS. A vacuidade transmitida pelo programa eleitoral da coligação de direita coloca grandes incógnitas ao futuro de Lisboa e dos lisboetas. Infelizmente, a natureza das políticas até aqui seguidas por Fernando Medina não deverão ser traídas, sendo pouco credível que Lisboa possa ser devolvida às suas populações, àqueles que chegam para trabalhar ou usufruir de momentos de cultura, lazer ou desporto.

Contudo, o resultado eleitoral que conduziu à derrota de Medina e do PS está muito longe de passar um cheque em branco à direita. Devido à actual composição da Câmara (PSD/CDS, 7 vereadores; PS, 7 vereadores; CDU, 2 vereadores; e BE, 1 vereador), a actividade do recém-empossado executivo poderá ser eficazmente escrutinada, cabendo a cada força política ali representada perceber que a vontade expressa pela maioria dos lisboetas foi de mudança, em nome de uma cidade mais democrática, mais inclusiva e mais plural.



# STML reuniu com a Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU)

## **STML reuniu com a DMHU num quadro que pode ser alterado com a entrada em funções do novo Executivo presidido por Carlos Moedas**

A 21 de Setembro, por solicitação do STML, reuniu-se com as responsáveis da DMHU e DHU. Dos assuntos debatidos sublinhamos o mapa de feriados; o reforço de pessoal; os circuitos de remoção e os desequilíbrios que persistem; a recolha em espaços privados contrariando as próprias normas de funcionamento da CML; a falta de condições de trabalho nos vazadouros da Expo e do Monsanto; o entendimento sobre procedimentos e funções envolvendo trabalhadores-acidentados; a necessidade em adquirir novas viaturas de apoio à remoção; a organização do trabalho, incluindo a uniformização na realização de trabalho suplementar (extraordinário) ou a aquisição de novos materiais a integrar os equipamentos de protecção individual.

O STML aguarda neste momento que o novo Presidente da autarquia responda ao pedido de reunião realizado a 22 de Outubro, perspectivando-se, num segundo momento, debater com o novo Vereador da higiene e limpeza urbana os problemas que afectam os trabalhadores deste sector e percebendo qual a sua vontade e sensibilidade no caminho da sua resolução.

Independentemente dos ritmos e dinâmicas implícitas ao processo político que definiu novos responsáveis da autarquia, o STML realizou durante o mês de Outubro, no Posto de Limpeza do Restelo e no Centro Operacional de Remoção (Olivais) a eleição de novos delegados sindicais. Continua empenhada a Direcção do Sindicato em reorganizar a estrutura do STML num dos sectores mais importantes do município, tendo sempre como objectivo imediato aumentar a capacidade de intervenção e consequente resolução dos problemas que afectam os seus trabalhadores.

Só com o envolvimento de todos, podemos avançar com confiança e determinação.

## **STML REÚNE COM OS TRABALHADORES DAS OFICINAS DO DRMM**

**Realizou-se a 13 de Outubro um plenário na oficina do DRMM, no Complexo dos Olivais, englobando todos os trabalhadores deste importante sector.**

Este plenário constituiu a retoma de um saudável hábito que é a troca de ideias entre os trabalhadores e a Direcção do Sindicato, fundamental para a resolução dos problemas que se verificam.

Mesmo num cenário pandémico que limitou durante bastante

tempo reuniões alargadas, ao vivo e a cores, é preciso sublinhar que o Sindicato nunca deixou de acompanhar estes trabalhadores e os seus problemas. Através de visitas pontuais, ou através da intervenção do membro da Direcção que labora neste sector, sempre se questionou e se procurou esclarecimentos junto das respectivas chefias sobre os mais variados assuntos.

Na primeira parte do plenário abordou-se a situação política e sindical nacional, com o foco na Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2022 da Frente Comum. A necessidade de aumentos salariais de 90€ para todos os trabalhadores, a revisão da Tabela Remuneratória Única, a recuperação das carreiras profissionais, a aplicação do suplemento de insalubridade e penosidade, a identificação das profissões de desgaste rápido e a revogação do SIADAP, mereceram a maior atenção. Afirmou-se também a adopção de todas as formas de luta que forem necessárias para defender a PRC, incluindo a greve.

Os trabalhadores mais uma vez revelaram a sua frustração pela falta de aumentos salariais há 13 anos, pela estagnação das progressões nas carreiras conjugada com a subida do salário mínimo nacional, ainda que aquém do necessário, vai absorvendo paulatinamente as posições remuneratórias mais baixas. Muitos são os trabalhadores com 20 anos e mais de serviço que recebem o salário mais baixo da tabela da função pública. Dúvidas também sobre a aplicação sobre o suplemento de insalubridade e penosidade, recentemente regulamentado que deixa de fora um leque significativo de actividades.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, analisaram-se os problemas concretos do sector. Os trabalhadores levantaram questões relacionadas com a falta de formação profissional para operarem com as novas viaturas da frota de pesados. Também sobre a interrupção das obras de manutenção da oficina, a todos os títulos incompreensível, realçando que a pintura das paredes, a reparação do telhado e das condutas de ar e a substituição da iluminação, são obras essenciais para que as condições de saúde e segurança sejam garantidas. Relembramos que o STML tem acompanhado este processo, tendo inclusive reunido com a directora da DMMC, responsável pelas intervenções referidas, que até ao momento não deu qualquer justificação para a sua suspensão. Contudo, o STML não deixará de intervir para que as mesmas sejam assumidas como prioritárias e de facto se concretizem.

Por último, a Direcção do STML reforçou a importância da serem criadas condições para uma mais forte e robusta organização sindical. Neste sentido, urge proceder à eleição de delegados sindicais para tornar mais célere e eficaz a identificação e resolução dos problemas que surgem no dia-a-dia.



# STML no contacto com os trabalhadores das áreas técnico-administrativas



**As eleições autárquicas do passado dia 26 de Setembro trouxeram uma nova realidade para os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, de algumas Juntas de Freguesia e Empresas Municipais.**

É uma realidade que adiciona incerteza àquela que em muitos postos de trabalho já se fazia sentir. Como é do conhecimento generalizado, o imobilismo e falta de respostas de alguns dos executivos cessantes às aspirações dos trabalhadores, foi e é incomportável. Das faltas de condições de trabalho, a orgânicas indesejáveis e incoerentes, a procedimentos inexistentes e incongruentes, de tudo um pouco os trabalhadores se queixam, sem que na maioria dos casos e apesar da pressão feita pelo STML, os mesmos vissem as suas queixas minoradas.

Não foi e não será por falta de sugestões por parte do STML e empenho na melhoria das condições de trabalho de todos os que com a sua dedicação e empenho asseguram o trabalho de utilidade junto dos munícipes, que a melhoria do serviço público prestado pelos trabalhadores afectos às diversas entidades em apreço será posto em causa. Bem pelo contrário, este Sindicato tudo fará em conjunto com os trabalhadores, para que o Serviço Público seja defendido e com ele fique assegurada uma prestação de qualidade junto dos utentes que temos por missão servir, assim os novos executivos saibam estar também à altura dos desafios que o futuro nos reserva.

**Entre Setembro e Outubro, destacamos o périplo pelos diversos locais de trabalho em que se incluíram o Arquivo Municipal de Lisboa, o GEO, o Edifício da Rua Alexandre Herculano, o Edifício do Campo Grande ou do Edifício do Entrepasto. Em Novembro, voltámos ao Serviço Municipal de Protecção Civil, tendo realizado outras visitas por outros tantos locais de trabalho do município.**

Continuam a ressaltar ideias de frustração, de incerteza, de desalento, de desmotivação, de falta de pessoal, de igualdade de tratamento, de não discricionariedade, de melhoria efectiva das condições de trabalho, etc., etc.

A esperança, que é sempre a última a morrer como diz o provérbio, a cada dia que passa é um pouco menos efectiva, mais débil, e mais distante.

Para isso, as reorganizações orgânicas, tantas vezes disparadas e incompreensíveis, tantas vezes denunciadas por este Sindicato, são um factor de instabilidade a somar aos anteriormente referidos. Mudanças de locais de trabalho e o que as mesmas acarretam, em termos de organização da vida dos trabalhadores, ou a falta crónica de meios são algumas das mais recentes preocupações transmitidas pelos trabalhadores aquando destas visitas.

A estas, soma-se uma outra que a pandemia da covid-19 fez emergir, a do “teletrabalho”. Na verdade, continua a aguardar-se por esclarecimentos por parte das entidades com competência nesta matéria, sabendo que o Executivo Municipal ou o conselho de administração de uma qualquer empresa municipal tem toda a autonomia, independência e capacidade deliberativa necessárias para regular uma matéria que continua a ser exclusivamente suportada pelos próprios trabalhadores.



## Era uma vez... a BEDETECA de Lisboa

Uma biblioteca que guardava milhares de histórias que alimentaram ao longo de anos o imaginário de miúdos e graúdos. Chama-se BeDeteca de Lisboa e têm a valorosa tarefa de guardar o espólio gráfico das mais diferentes áreas do universo da Banda-Desenhada (BD) e bibliografia ilustrada.

Ao residir actualmente num antigo palacete do século XVIII na Freguesia dos Olivais, esta biblioteca especializada encontra-se merecidamente acondicionada entre paredes de inquestionável valor histórico e arquitetónico. Terá mesmo servido de inspiração para *Os Maias* de Eça de Queirós.

Contudo, o outrora majestoso e inspirador palacete é hoje palco de um evento bastante comum no que toca à gestão cultural da cidade: o flagelo do abandono. Se dúvidas existissem, basta uma breve visita para constatar que são gritantes os problemas que atingem o edificado desde o seu telhado às fundações. São evidentes e urgentes:

- intervenções de reboco e pintura no exterior;
- reparar as severas infiltrações de água provenientes do estado degradado da claraboia e do telhado;
- solucionar um algeroz dominado por dejetos de pombos que põem em risco a saúde pública;
- reparar os elevadores que se encontram inativos há cerca de dois anos;
- da resposta aos problemas de escoamento de esgotos - raízes de árvores - que impedem a utilização dos respectivos WCs.

Em suma, são inúmeras as situações que inviabilizam em pleno a capacidade deste espaço em executar com precisão - e já agora dignidade - a sua função de oferta cultural, uma vez que as salas de leitura temáticas que atribuem a esta biblioteca o seu carácter ímpar encontram-se interditas, restringindo-se esta oferta em iniciativas exclusivas ao exterior do palacete.

Face ao longo e progressivo abandono pela CML e agora pela Junta de Freguesia, somos levados a questionar o seu futuro, tornando-se essencial encontrar uma solução válida e adequada para este equipamento cultural.

Uma solução que poderá residir no regresso da BeDeteca à gestão directa da CML, integrando-a, havendo vontade política nesse sentido, no edifício único que tanto se fala para o Arquivo Municipal de Lisboa e Hemeroteca.

### Arquivo Municipal de Lisboa

Onde param as promessas de um edifício único e digno? Mas agora com um novo Executivo Municipal?

Certamente não será alheio aos trabalhadores do município, o processo de luta que decorreu no Arquivo Municipal de Lisboa (AML). Em suma, estamos a falar das inúmeras iniciativas de luta promovidas ou apoiadas pelo STML que visaram alertar as mais diferentes esferas da vida social do arquivo municipal, para a necessidade de reorganizar num só espaço, os diversos polos deste serviço público de referência na salvaguarda da “memória da cidade”.

Recorde-se que esta necessidade decorre da situação precária em que se encontram os depósitos do AML. Sem esquecer ainda, a irresponsabilidade sucessivos executivos municipais em atribuir soluções temporárias e inadequadas no acondicionamento de documentos em parques de estacionamento, violando desta forma, todas as orientações existentes em preservação documental.

Como resultado da luta e das justas reivindicações que a acompanhava, surge no verão de 2020 a promessa pelo Presidente da autarquia na atribuição de um edifício único que deveria satisfazer as válidas exigências e valências do AML. A solução passaria aparentemente pela reabilitação do Convento de Chelas.

Enquanto não se sabe ao certo o que nos reserva o futuro, a verdade é que as intervenções nas atuais instalações do Arquivo, no Bairro da Liberdade, continuam por concretizar, mesmo depois de vários compromissos assumidos pelos responsáveis da CML. Assim, deveria ter ocorrido no verão de 2020, intervenções urgentes nos pátios, antecipando as intempéries que resultam num já frequente evento sazonal de “corrida aos baldes de água”. Parece que a reedição deste evento no outono-inverno que agora se inicia será uma vez mais inevitável.



## Arquivo do Arco do Cego

Embora densamente pautado por consecutivos adiamentos, foram já iniciados na segunda quinzena de Outubro os trabalhos de transferência de instalações deste Arquivo. É, contudo, inegável constatar que este processo foi marcado por um atribulado e longo caminho, desde que o edifício foi prometido à junta de freguesia do Areiro.

Em suma, se o percurso dos últimos anos foi marcado por um punhado de promessas, muitas delas como se pode constatar ainda por realizar; acrescem naturais preocupações com a actual alteração do contexto político do município, resultante das eleições autárquicas de 26 de Setembro.

Será que o novo executivo municipal revelará vontade política em solucionar os inúmeros problemas que marcam a realidade do Pelouro do Cultura?

Independentemente da maior ou menor vontade, o STML não deixará de cumprir o seu papel, sempre ao lado e com os trabalhadores, na defesa das suas expectativas e interesses.

## Insatisfação e indignação com os horários de trabalho cresce entre os trabalhadores das Bibliotecas municipais

Para ouvir os trabalhadores e perceber até que ponto estão disponíveis para exigir à CML a solução deste problema, o STML já iniciou uma nova ronda pelas bibliotecas. A 27 de Outubro, realizou-se um plenário na Biblioteca de Alcântara. Este trabalho de auscultação terá continuidade no mês de Novembro. A opção pelo formato, plenário ou visita, caberá aos trabalhadores decidir.

O que está na origem deste descontentamento? O problema está no horário de trabalho que foi sendo institucionalizado ao longo do tempo e com recurso a argumentos diversos como a necessidade em melhorar o serviço prestado ao público, alargando o seu horário de funcionamento e abrindo ao sábado. Argumentos

a que os trabalhadores foram sensíveis, sob a promessa de que existiam meios humanos suficientes e de serem compensados financeiramente...

Entretanto, as condições conjunturais alteraram-se. O número de trabalhadores tem vindo a diminuir, aumentando a carga horária de cada um e o trabalho ao sábado deixou de ser remunerado como trabalho suplementar, passando a ser compensado em tempo.

Verifica-se, assim, que o horário assumido pelos Recursos Humanos da CML, e presente na ficha de cada trabalhador no sistema MyRh, não coincide com o horário que actualmente lhes é exigido. De facto, **a maioria dos trabalhadores das bibliotecas está vinculada ao designado “Horário rígido”: 9h30-12h30** (período da manhã) e **14h-17h30** (tarde), com dois dias de descanso semanal, um obrigatório, o domingo, outro complementar, o sábado.

Ora, como é do conhecimento geral, a realidade é muito diferente: as suas **bibliotecas estão abertas de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h, e dois sábados por mês, também das 10h às 18h**; para contornar o limite das 35 horas de trabalho semanal, nas segundas-feiras que antecedem os sábados de funcionamento, as bibliotecas estão encerradas ao público, ou seja, é nesse dia que os trabalhadores têm o seu dia de descanso suplementar, quer estejam de acordo ou não.

Como o horário de funcionamento das bibliotecas ultrapassa o horário definido para os seus trabalhadores e não há capacidade para constituir equipas com horários diferenciados, os trabalhadores são prejudicados todos os dias. Como se esse abuso não bastasse, em Setembro, quando se verificou o alívio das restrições decorrentes da pandemia, a CML, por via da Chefe de Divisão da Rede de Bibliotecas, procurou impor a abertura das bibliotecas todos os sábados! Objectivo que enfrentou a resistência dos trabalhadores, despertando também a sua consciência para as **discrepâncias entre o regime de horário a que estão vinculados e o que lhes está a ser exigido**.

Se a CML quer alargar o horário de funcionamento das bibliotecas e os serviços por elas prestados para benefício da população, não o pode fazer à custa dos trabalhadores, que são cada vez menos. A bem de todos, é urgente que a CML ouça os trabalhadores e Sindicato e se disponibilize a negociar e a definir, por escrito, as condições de trabalho nas bibliotecas, particularmente no que se refere ao regime de horário de trabalho e às condições de prestação de trabalho suplementar.

## Pelas empresas municipais de Lisboa...

O trabalho desenvolvido pelo STML nas empresas municipais (EM) de Lisboa tem passado pela salvaguarda dos direitos e exigência de valorização dos trabalhadores que prestam serviço público a partir do respectivo sector empresarial. Tais profissionais, recorde-se, são abrangidos pelo Código do Trabalho (CT). Significa que, por um lado, são destinatários das alterações, positivas ou negativas, introduzidas no CT; e, por outro lado, penalizados pela imposição de cortes e restrições a toda a Administração Pública através da Lei do Orçamento do Estado.

Uma das grandes preocupações dos trabalhadores prende-se com a negociação colectiva, cujas dificuldades começaram a surgir no CT de Bagão Félix/Durão Barroso (2002/2004), designadamente por força da cláusula de caducidade das convenções colectivas (art.º 10º do CT).

As confederações sindicais despertaram assim para uma nova realidade. A norma visa a extinção de convenções que não sejam revistas há pelo menos seis anos e meio. Isto em consequência de confrontos negociais, propositados ou não, que levam ao arastamento das conversações e ao bloqueio do diálogo entre as associações sindicais e patronais nos processos de revisão das convenções colectivas – assumam elas a forma de acordos de empresa, acordos colectivos de trabalho ou contratos colectivos de trabalho.

No período da “Troika” de Passos Coelho/Paulo Portas, as convenções diminuíram substancialmente e o universo de beneficiários caiu igualmente de forma drástica. Com o fim de uma governação mais “troikista” do que a própria “Troika”, a situação começou a mudar, com o número de convenções colectivas a subir.

Contudo, até agora ainda não se conseguiu extinguir a caducidade da regulamentação colectiva. Recentemente, o Governo de António Costa (PS) optou novamente por não reverter a medida, tendo apenas suspenso a contagem dos prazos até Março de 2023. Daí que os sindicatos da CGTP-IN continuem a exigir o fim da caducidade.

A contratação colectiva constitui uma fonte de consagração de direitos, um instrumento de distribuição da riqueza e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, indissociável do desenvolvimento económico e social do País, bem como da afirmação da própria democracia.

No sector empresarial local, o STML tem mantido um trabalho constante e de proximidade, visando a manutenção dos acordos já celebrados (EGEAC e GEBALIS) e a celebração de novos AE nas empresas onde eles ainda não existam, como é o caso da SRU e do MARL. Paralelamente, o STML tem negociado anualmente com as administrações das empresas onde existem acordos a concretização de aumentos salariais para os trabalhadores.

Em termos de acção reivindicativa para 2022, o STML mantém o crescimento contínuo da sua presença e representação nas empresas do sector empresarial municipal de Lisboa como um dos principais objectivos.

### MARL

O MARL tem como acionistas a CM de Lisboa, CM de Loures e SCM de Lisboa, isto para além do SIMAB, que detém o maior peso na estrutura acionista. A acção reivindicativa do STML no MARL centrou-se, numa primeira fase, em adquirir um melhor conhecimento da realidade laboral dos trabalhadores. Com o decorrer dos contactos, apercebemo-nos que a acção sindical deveria refletir algumas das principais preocupações de quem ali trabalha, como a falta de meios humanos, a desregulação dos horários de trabalho e dos vencimentos, e a inexistência de tabela remuneratória, carreiras, progressões e promoções e as condições que devem existir nos locais de trabalho.

A exemplo do que já sucede na EGEAC, GEBALIS e SRU, o STML pretende reforçar a sua atuação junto do MARL. Para isso, já iniciou o processo de construção conjunta com os trabalhadores numa proposta de Acordo de Empresa. Em Outubro, solicitámos à administração do MARL a realização de uma reunião para apresentação da primeira versão do documento e iniciar as negociações, prevendo-se que a mesma tenha lugar nos primeiros dias de Novembro.

### EGEAC

A EGEAC tem um AE celebrado com o STML em 2001 e que foi renegociado em 2009. Está em vigor desde então. No início de Agosto deste ano, o STML reuniu-se com o CA da EGEAC para conhecer a contraproposta de aumento salarial relativo a 2021.

Foi-nos apresentada uma subida associada ao valor da inflação. A administração, contudo, não conseguiu garantir a concretização da medida, argumentando que ainda aguardava uma resposta da tutela em relação ao prejuízo expectável para este segundo ano de pandemia.

O processo não ficou então concluído antes das eleições autárquicas e, provavelmente, irá ficar para depois da nomeação de novos administradores. Face às incertezas, o STML lamenta que tais matérias transcendam a actual administração da empresa e que os interesses de mais de 400 trabalhadores, no que diz respeito aos seus rendimentos, fiquem reféns de mudanças políticas.

O STML e os trabalhadores da EGEAC terão agora de aguardar pela próxima reunião, que deverá realizar-se em Novembro ou Dezembro. Nessa altura, e sempre ouvindo os trabalhadores, vamos encerrar o processo de 2021 e, simultaneamente, iniciar a negociação do aumento salarial para 2022.



## SRU

A SRU é responsável pela realização das grandes obras na cidade desde 2018. Iniciámos, em 2017, um trabalho conjunto com os profissionais da SRU no sentido de construir uma primeira proposta de AE, que irá dotar a organização de um importante instrumento para melhorar as condições dos trabalhadores. O documento inclui a regulação dos horários de trabalho; progressão na carreira; tabela salarial; regulação da IHT e o pagamento do trabalho suplementar. Só assim serão assegurados os direitos, as garantias e liberdades dos profissionais em causa.

A SRU tinha nos seus quadros, até 2018, cerca de 20 profissionais. Em menos de um ano, os seus meios humanos cresceram para cerca de uma centena de trabalhadores. Apesar deste crescimento, feito através de contratação e requisição aos quadros da CML, o STML lamenta que a empresa municipal ainda não tenha conseguido acabar com a prática de antigas injustiças.

É neste contexto que o AE da SRU assume um papel de especial relevo. Mantemos, por isso, o compromisso com os trabalhadores de fazer tudo ao nosso alcance para garantir e salvaguardar os seus direitos, independentemente do vínculo laboral que esteja em causa. É urgente avançar, sem mais demoras e como temos vindo a reivindicar nos últimos meses, com as negociações conjuntas nesta empresa municipal de Lisboa, por forma a que se concretize, de uma vez por todas, a aprovação do respectivo AE.

O STML enviou, recorde-se, a primeira proposta de Acordo ao CA da SRU em Dezembro de 2020, dando assim o primeiro passo para que se iniciasse o correspondente processo negocial. À demora anterior, soma-se agora o compasso de espera para que seja escolhida uma nova administração. Pelo que aguardamos que estejam reunidas as condições para se avançar, sem mais contratempos, com a tão desejada negociação colectiva.

## GEBALIS

A GEBALIS, fundada em 1995, é uma empresa de promoção do desenvolvimento local. A sua missão é gerir eficazmente os bairros municipais de Lisboa. Isto com uma forte perspectiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património e integração profissional da população.

São 66 bairros de habitação, com cerca de 23 mil fogos, localizadas nas 24 freguesias de Lisboa, e com uma população residente estimada em cerca de 64 mil pessoas, que são geridos pela empresa municipal. Estão em causa mais de 3.200 prédios, 1.200 elevadores, mais de 1.000 espaços não habitacionais (instituições, microempresas e comércio local) e mais de 91 mil metros quadrados de estacionamento integrados nos edifícios.

Em 2017, o STML e STAL assinaram com a administração da GEBALIS um Acordo de Empresa que teve um impacto bastante positivo nos rendimentos dos seus 226 trabalhadores.

O processo de discussão em torno dos aumentos salariais para 2021 já contou com a realização de vários plenários de trabalhadores e reuniões com o CA da empresa municipal.

A proposta inicial, aprovada pelos trabalhadores em Março, consistia numa subida de 90€ para todos os níveis e todas as carreiras da tabela salarial do AE, assim como num salário mínimo de 850€.

Depois de alguns meses de espera, os sindicatos receberam da GEBALIS uma contraproposta de aumento salarial de apenas 10€ para todas as carreiras e níveis, com efeitos retroactivos a Janeiro de 2021. Apesar de contestarem o valor demasiado baixo, a proposta foi aceite pela maioria dos trabalhadores em reunião plenária. Mas com a condição: a empresa deve reforçar o aumento salarial em 2022. Uma forma de compensar o trabalho realizado durante a pandemia e o baixo valor da subida de 2021.

Devido à realização das recentes eleições autárquicas, este processo negocial encontra-se parado, aguardando-se pela designação da nova administração para que o mesmo possa ser concluído.

Os sindicatos apresentaram em 2020, por outro lado, uma proposta sobre o Sistema de Avaliação dos Trabalhadores da GEBALIS. Apesar da demora, a empresa acabou por enviar uma contraproposta. O STML concorda com o seu conteúdo na generalidade. Mantemos a posição, todavia, de que não devem ser incluídas quotas.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# GREVE

# NACIONAL

Frente  
Comum

Sindicatos  
Administração  
Pública



## GREVE NACIONAL A 12 DE NOVEMBRO dos Trabalhadores da Administração Pública

Perante um Governo que pouco ou nada assume face às principais reivindicações dos trabalhadores da administração pública (AP), não há outro caminho que não seja o do protesto e da luta. Urge a criação de condições políticas que de facto respondam aos problemas que em muitos casos se arrastam e se agravam incompreensivelmente há vários anos.

No centro das nossas exigências, o aumento geral dos salários com 90€ de aumento mínimo para cada trabalhador, matéria que não pode ser dissociada da revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU) repondo justiça e distinção entre as várias posições remuneratórias, mas também entre as várias carreiras e categorias, valorizando neste sentido o factor

antiguidade, além de corrigir as disparidades alimentadas com o aumento do salário mínimo nacional.

Não faz sentido algum que um trabalhador com 20 ou mais anos de serviço aufera o mesmo que um trabalhador recentemente contratado. Não faz sentido algum que as carreiras de assistente operacional e assistente técnico tenham na prática quase os mesmos níveis salariais de entrada na função pública. É inaceitável este nivelamento por baixo que o Governo assume deliberadamente. Não é igualmente aceitável que os técnicos superiores estejam na prática sem qualquer aumento real, face à constante subida dos preços, há mais de 11 anos.

**POR MAIS DIREITOS! POR MAIS SALÁRIO! POR MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS!**



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GREVE NACIONAL

12  
NOV.

Perante este cenário, o Governo PS parece brincar com a vida dos mais de 700 mil trabalhadores da função pública, propondo uns irrisórios e ultrajantes 0,9% de aumento, na prática sinónimo de uns míseros euros ao fim de cada mês. Se não bastasse esta postura, opta por não responder a muitas outras matérias, entre as quais:

- O aumento real dos salários, com um **salário mínimo de 850 euros**;
- **O SIADAP e a sua indispensável revogação**;
- A actualização do **subsídio de refeição para 7,50€**;
- A **reposição das carreiras**, índices remuneratórios e dos seus conteúdos profissionais específicos;
- A **identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido**;
- A reposição da **aposentação com 36 anos de serviço**, independentemente da idade;
- A **reposição dos escalões de IRS** existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- A **reposição do direito à indemnização** devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- A **extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco** a todas as actividades e carreiras da AP em que a actividade e as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie o aumento de probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde;
- A **eliminação de todas as formas de precariedade** e a abertura de procedimentos concursais que garantam a efectivação do princípio de que a necessidades permanentes tem de corresponder um vínculo efectivo;
- A **garantia de que o acesso aos Cargos de Chefia se faz por via concursal**, a todos os níveis e em todos os serviços, com excepção dos cargos passíveis de eleição directa pelos trabalhadores;
- A **manutenção da ADSE como sistema público** complementar de saúde na AP, para os aposentados e trabalhadores da AP, independentemente do tipo de vínculo, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses e recusando o caminho da mutualização;
- A **dedução em sede de IRS, de todas as despesas resultantes da aquisição de equipamentos**, designadamente informáticos, de apoio à actividade profissional e de materiais/ consumíveis indispensáveis para esta actividade, nos termos do que se encontra estabelecido no artigo 168.º do CT.

São muitas as razões que nos dão razão e força para lutarmos pelo que é justo e legítimo. **A greve de 24 horas do próximo dia 12 de Novembro pode e deve ser uma resposta inequívoca dos trabalhadores da AP à falta de vontade política em corresponder não só às suas expectativas, como também às necessidades do país e das suas populações a serviços públicos de qualidade, com trabalhadores dignificados e motivados.**

É bom lembrar que num quadro ainda marcado pela pandemia, foram os trabalhadores da Administração Pública a assegurar o funcionamento dos Serviços Públicos e a resposta aos problemas das populações, nomeadamente nas áreas determinantes para a mitigação do problema de saúde pública mas também em muitas outras, essenciais ao funcionamento do país.

**Agradecemos as “palmas”, mas do que precisamos mesmo é do aumento real dos nossos salários!**

**Pré-aviso de Greve das 00h00 às 24h00 do dia 12 de Novembro.**



## BELÉM

Na semana anterior às eleições autárquicas, os trabalhadores da higiene urbana decidiram em plenário realizar a 19 de Outubro uma acção de protesto junto à sede da Junta de Freguesia. O propósito desta iniciativa procurava obter respostas a inúmeros problemas, para além da exigência junto do Presidente da freguesia em negociar e celebrar com o STML o ACEP que permite o gozo de mais três dias de férias com avaliação positiva pelo SIADAP. Depois das eleições, foi supostamente transmitido por uma responsável da Junta a disponibilidade em reunir com o Sindicato e encontrar respostas a esses mesmos problemas, tendo a acção sido suspensa. Contudo, o STML voltou a reunir com os trabalhadores, no mesmo dia em que estava prevista a acção, isto é, 19 de Outubro, tendo ficado consensualizada nova data para o referido protesto público, caso o Executivo, entretanto, não reúna com o Sindicato. A nova data está agora definida para 24 de Novembro. Realçar a confiança, a disponibilidade e a determinação dos trabalhadores de Belém em não baixar os braços na luta pelos seus direitos, interesses e expectativas. Unidos, organizados e mobilizados, somos sempre mais fortes, sabendo que quando lutamos, nem sempre alcançamos os nossos objectivos, mas quando não lutamos, perdemos sempre.

## ESTRELA

Também em Outubro, o STML reuniu com os trabalhadores-cantoneiros desta freguesia, avaliando os seus problemas e procurando caminhos para a sua resolução. Desde a mudança anunciada das instalações da higiene urbana para as instalações da Sede da Junta, aos problemas com fardamentos e equipamentos de protecção individual (de má qualidade), à ausência de formação profissional que muitas vezes coloca em risco os trabalhadores, muitos foram os problemas que o

Executivo tem a obrigação de conhecer e resolver. O STML não deixará de exigir isso mesmo, envolvendo, se tal for necessário, a autoridade para as condições do trabalho (ACT). Também nesta freguesia, se irá proceder à eleição de delegados sindicais, reforçando a organização e capacidade de intervenção do Sindicato. Com e pelos trabalhadores da Estrela.

## SÃO DOMINGOS DE BENFICA E AVENIDAS NOVAS

O problema da precariedade assume contornos preocupantes nestas freguesias. Da reunião realizada entre o STML e os presidentes da Junta de SD Benfica e das Avenidas Novas, muitos foram os compromissos assumidos em torno da resolução dos problemas envolvendo o vínculo precário de muitos trabalhadores. Assumiu por exemplo o então Presidente da Junta de São Domingos de Benfica a abertura de concursos para depois das eleições de 26 de Setembro. Porém, os resultados das autárquicas deram a vitória a outros partidos e há agora um novo presidente. A questão que agora se coloca, justamente, é que força terão esses compromissos? Mais importante, o que será o futuro para os trabalhadores cujos contratos a recibos-verdes terminam nas próximas semanas? Percebe-se a hipocrisia e o cinismo daqueles que brincam com a vida das pessoas e alimentam o recurso a recibos-verdes em postos de trabalho de carácter permanente. O STML irá formalizar pedidos de reunião com todas as juntas de freguesia, estando os casos de São Domingos de Benfica e Avenidas Novas como os mais problemáticos em termos de trabalhadores com vínculos precários. A única certeza que aqui deixamos é a determinação que assumimos no combate a todas as formas de precariedade. A vida dos trabalhadores não pode andar ao sabor da vontade política deste ou daquele presidente e muito menos condicionada a um qualquer resultado eleitoral.



Plenário com os cantoneiros da Junta de Freguesia de Belém, a 19 de Outubro de 2021)

### **ARROIOS**

Realizaram-se plenários nos dois postos de limpeza desta freguesia nos períodos diurno e noturno. Estas reuniões de trabalhadores tiveram como objectivo, para além da retoma desta importante prática interrompida pela pandemia da covid-19, a eleição de delegados sindicais. Os objectivos foram alcançados tendo sido eleitos três delegados, com uma boa participação dos trabalhadores associados do STML.

Foi também debatida a PRC/2022 da Frente Comum. Face à ausência de respostas por parte do governo, enfatizou-se a necessidade da mobilização para a greve nacional de 12 de Novembro, principalmente exigindo o aumento necessário dos salários. Foi também abordada a mudança, resultante das eleições autárquicas, que determinaram um executivo da coligação PSD/CDS nesta Junta. O STML já solicitou uma reunião à nova presidente, para conhecer as suas ideias para a freguesia, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores e aos serviços prestados à população.

### **BEATO, PENHA DE FRANÇA E MARVILA**

Durante Outubro, realizaram-se plenários nestas freguesias, principalmente no sector da higiene urbana. Para além das reivindicações gerais que justificam, agora mais do que nunca, a adesão à greve nacional de 12 de Novembro, foram também debatidas e esclarecidas matérias sobre a aplicação do suplemento de insalubridade e penosidade, recentemente regulamentado; o desenvolvimento do processo de avaliação (SIADAP) referente ao biénio 2019/20, com as respectivas progressões; ou sobre a aplicação do disposto nos ACEPs em termos de dias de férias e outros direitos. Também as condições de saúde e segurança dos postos de limpeza, da qualidade e quantidade em termos de fardamentos e EPI's, da existência de ferramentas e maquinaria

diversa ao desenvolvimento das diversas tarefas, têm sido aferidas nestas reuniões com os trabalhadores.

Nestas reuniões com os trabalhadores, também se debate a necessidade da eleição de delegados sindicais ou a criação das condições para que tal se venha a concretizar. Nunca é demais realçar a importância destes dirigentes no desenvolvimento da acção reivindicativa nos locais de trabalho e no próprio funcionamento do sindicato, facultando um maior conhecimento dos problemas com que os trabalhadores se defrontam diariamente, proporcionando uma intervenção mais eficaz.

Servem também para a compilação das questões a colocar aos executivos das freguesias recentemente eleitos, aos quais estamos a solicitar reuniões. Nos casos em que o Executivo se mantém, e existem processos negociais de ACEP, é objectivo, naturalmente, concluí-los o mais breve possível.

Referir que neste momento o STML assinou com 11 freguesias o acordo que permite, entre outros, o direito a mais 3 dias de férias, estando a negociação com as restantes juntas de freguesia, em diferentes estádios de desenvolvimento.



# A ligação histórica do STML aos Sapadores Bombeiros

Longe vão os tempos que marcaram o início da ligação entre os bombeiros sapadores e o STML. O direito à sindicalização por parte destes profissionais, nos anos 80 do século XX, além de criar rupturas com um passado de injustiças, perseguições e abusos de variadíssima ordem, trouxe também para a realidade dos bombeiros sapadores, uma maior justiça laboral, forjando, com o passar dos anos, uma nova era de progresso dentro da estrutura do regimento, quer para a organização, através da persecução de uma melhoria do sistema, quer, principalmente, para os seus profissionais, isto na conquista de direitos, garantias e condições sócio laborais que, até aquele momento, eram completamente impensáveis.

De então para cá, e dando voz aos problemas dos bombeiros, além do já referido direito à sindicalização, primeiramente no STML, depois noutras estruturas sindicais que se constituíram muito *a posteriori*, o Departamento de Bombeiros do sindicato, em agregação à sua direcção, orgulha-se de ter estado envolvido numa série de pacotes legislativos que, num esforço conjunto entre o STML e o activismo dos seus bombeiros associados, foi determinante para que se alcançasse um importante conjunto de direitos, nomeadamente, a publicação, em 1992, do Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros Profissionais, bem como, em 1993, do Estatuto Remuneratório dos Bombeiros Sapadores. A alteração, em 1995, do horário de trabalho, com a passagem, por prerrogativa, para os quatro turnos, aumentando consideravelmente os tempos de descanso dos bombeiros, foi também um trabalho orgulhosamente desenvolvido por este sindicato, como igualmente, o fomento para o ingresso de mulheres no corpo na recruta de 1994.

Outros importantes envolvimento do STML ao longo destes anos foram também almejados, tais como o pagamento do trabalho extraordinário, a promulgação da Lei do Estatuto Social do Bombeiro, o Regulamento de Ingresso na Carreira de Bombeiro Sapador, o estabelecimento de acordo para os serviços mínimos em dias de greve, o Regulamento de Concursos de Acesso na Carreira de Bombeiro Sapador do RSB, entre muitos outros empenhamentos e acções que, ao momento, temos como garantia e direito, sem sequer se porem em questão.

Mas de facto, hoje, os tempos são outros. A sociedade é outra, a conjuntura política é outra, e os bombeiros são, efectivamente outros, todavia, tal contexto não deve obstar à intransigente defesa dos nossos direitos e da melhoria das condições sócio laborais. Os anos passam, sem que, para isso, não deixem de existir outras dificuldades, outras contingências e outras injustiças para combater.

As lutas e conquistas que marcaram o passado, além de não se deverem apagar, devem servir de mote para o que vem, quer a curto, quer a médio prazo. É por essa razão que o STML está e estará sempre empenhado em melhorar a realidade sócio laboral e salarial dos bombeiros. É no pressuposto desse racional que estão a ser levadas a efeito um conjunto de reuniões com os grupos parlamentares que visam alterar a verdadeira realidade que, por defeito, nos lesa profissional, social e financeiramente, nomeadamente no que toca ao subsídio de risco, ao subsídio de penosidade e insalubridade, ao ónus da disponibilidade permanente, e ao alcance efectivo, do estatuto, por efeito legislativo, de uma profissão de desgaste rápido, entre outras iniciativas que, no seu conjunto, são determinantes para o nosso bem-estar sócio laboral, salarial e pessoal.



# TRIBUNA PÚBLICA

**No dia 22 de Outubro, a Inter-Reformados de Lisboa e o MURPI realizaram, na Praça Paiva Couceiro, uma Tribuna Pública sob o lema «Melhores pensões e condições de vida dignas para os idosos, pelo direito dos trabalhadores à reforma e a uma pensão digna». Da intervenção de António Rocha, Dirigente do STML, destacamos:**

“Em nome da Comissão de Reformados do STML, venho transmitir uma calorosa saudação à Inter-Reformados de Lisboa e FARPIL/MURPI que em boa hora promoveram esta iniciativa de reflexão e preparação para os combates que se avizinham. Este é o momento oportuno, agora que o confinamento abranda e se discute o Orçamento do Estado de 2022, para os reformados regressarem à rua, fruírem a vida, retomarem as suas organizações e exigirem a reposição dos seus direitos.

Nas últimas décadas, o regresso do domínio do país pelo capital monopolista, a privatização e destruição de grandes empresas e sectores estratégicos fundamentais para a economia e para a independência do país, com os milhões e milhões canalizados para a banca por parte de sucessivos governos, levaram Portugal à beira da ruína e os trabalhadores e reformados foram, e são, as principais vítimas.

Com o famigerado governo de direita de Passos e Portas e a chegada da “troika”, cortaram onde era mais fácil: nos ordenados, nos direitos dos trabalhadores e, muito especialmente, nas pensões daqueles que trabalharam toda uma vida, na esmagadora maioria dos casos, com baixos salários.

Com o flagelo da covid-19 que vitimou maioritariamente os mais idosos, a saga continua: milhões e milhões para as grandes multinacionais, para as PPPs e, de novo, para a insaciável banca privada. E muito dinheiro retirado da nossa Segurança Social

para socorrer grandes empresas, enquanto as muito pequenas se afundaram.

Camaradas, na administração pública estamos há 13 anos sem aumento de salários, o que se traduz em reduzidas pensões dos novos reformados. Aos aposentados com pensões mais baixas têm sido atribuídas, nos últimos anos, aumentos de pensões que resultaram, em grande medida, do nosso combate no seio da CGTP-IN, mas que estão longe de compensar as perdas que sofremos.

A proposta de aumentos contida na proposta de OE/2022, que aponta para 10€ a partir de Agosto é, no mínimo insultuosa. São migalhas e apenas para as pensões mais pequenas. Dizem-nos que não há dinheiro para tudo. É certo! No entanto ele continua escorrer para a Banca, para as PPPs, para as isenções fiscais às grandes empresas monopolistas, para os eternos paraísos fiscais.

Assim, a Comissão de Reformados do STML afirma que chegou o tempo de ser repostos tudo o que nos tem sido retirado:

- É urgente um aumento nas reformas e pensões que garantam a vida digna a que temos direito;
- É tempo de revogar, finalmente, ofator de sustentabilidade;
- É mais do que tempo de repor, nos 65 anos, a idade legal de acesso à pensão de velhice;
- E a quem descontou 40 ou mais anos, é mais do que justo o direito à reforma sem qualquer penalização.

**Camarada e amigos,  
é tempo de retomarmos a vida e a luta!**

**Viva o MURPI e a Inter-Reformados!  
Viva a CGTP – Intersindical Nacional!**



# Governo simula negociação com a Frente Comum

**A 29 de Setembro, a Frente Comum entregou ao Governo, junto da ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2022, dando assim início ao processo de negociação anual.**

A entrega da PRC/22 foi precedida por uma concentração junto ao respectivo ministério que contou com cerca de duas centenas de dirigentes e activistas sindicais dos diversos sindicatos que compõem a Frente Comum. Aprovada igualmente uma **Resolução** que em termos gerais salienta os pontos centrais da PRC/2022, nomeadamente o aumento dos salários em 90€ para todos os trabalhadores, a revisão da Tabela Remuneratória Única, a dignificação das carreiras ou a revogação do SIADAP.

**No dia 4 de Outubro**, ocorreu a primeira reunião de negociação com o Governo. Informou a Ministra (MMAAP) de que a negociação seria feita relativamente ao articulado do Orçamento do Estado e à regulamentação do suplemento de insalubridade e penosidade. Apresentou depois uma proposta de temas para a negociação anual, a começar em Janeiro, sublinhando a valorização da carreira de técnico superior - posição remuneratória de entrada e dos trabalhadores com doutoramento; a reestruturação da carreira de assistente operacional (AO) - recomposição da carreira com 8 posições remuneratórias e a subida da remuneração de entrada na carreira de assistente técnico (AT); a anualização e simplificação do SIADAP; a alteração à LTFP com vista à aceleração dos processos de recrutamento, para além das alterações à portaria de procedimentos concursais. A Ministra referiu ainda que no momento não se podia comprometer com uma actualização salarial generalizada, nada mais informando sobre a matéria.

A Frente Comum sublinhou o desconforto sobre a forma como se iniciou este processo negocial, com a marcação unilateral de duas reuniões de uma hora. Relativamente às anunciadas reestruturações de carreiras exigiu-se que a cabimentação financeira seja entregue para ser objeto de negociação. Quanto ao aumento geral dos salários, a prioridade para a Frente Comum, são os 90€ para todos os trabalhadores.

O Secretário de Estado (SEAP) apresentou sumariamente a proposta de Decreto-Lei sobre o suplemento de insalubridade e penosidade, que transcreve o que Orçamento do Estado para 2021 continha, ficando portanto muito aquém do que é necessário. Muitas são as carreiras e profissões que ficam de fora nesta proposta.

**A 7 de Outubro**, teve lugar a segunda reunião, que se iniciou com as propostas do Governo de temas para a negociação geral para o 1.º trimestre de 2022. Anunciou depois que face à revisão em alta do cenário macroeconómico, o Governo considerou ser possível uma actualização geral transversal de 0,9%, correspondente a 225 milhões de euros. A Frente Comum, considerou que não é aceitável que a actualização do salário seja alinhada com a inflação. Quanto ao impacto orçamental, é insignificante, pois o total previsto de despesa pública é de mais de cem mil milhões de euros!

A Frente Comum questionou sobre aumentos no subsídio de alimentação, abono para falhas e outras matérias remuneratórias, tendo a Ministra informado que neste momento não existe qualquer perspectiva de alteração.

**No dia 20 de Outubro**, vários dirigentes e activistas sindicais entregaram, em acção realizada junto à residência oficial do 1.º Ministro, mais de 40 mil postais exigindo o aumento geral dos salários (recolhidos um pouco por toda a administração pública).

No mesmo dia teve lugar a reunião de negociação suplementar. Nesta reunião a Ministra teceu algumas observações sobre alguns pontos da PRC/22, sem, no entanto, concretizar qualquer resposta concreta às várias reivindicações aí expressas. Quanto à questão central que constitui o aumento dos salários, não houve qualquer evolução.

**Tendo a Frente Comum manifestado a sua frustração quanto à forma como decorreram e foram concluídas estas negociações, comunicou ao Governo a realização de uma greve nacional de todos os trabalhadores da função pública para 12 de Novembro.**





# Manifestação Nacional da CGTP-IN! 20 Novembro, às 14h30 no Marquês de Pombal Pelo aumento geral dos salários, pelo investimento público e pela dignificação dos trabalhadores!

Num momento político marcado pela falta de resposta do Governo PS aos problemas dos trabalhadores portugueses, em que o chumbo da proposta de Orçamento é apenas uma das suas consequências, cabe a quem vive do trabalho e que tem sido elemento determinante na superação de todas as dificuldades associadas ao contexto pandémico, mostrar a sua indignação e protesto perante o agravamento das suas condições de vida.

Não podemos aceitar pávidos e serenos a narrativa à qual se associa a lógica quase natural de uma continuada ausência de valorização salarial. Quando nos comparamos com outros países da União Europeia, os trabalhadores portugueses são dos mais mal pagos, mesmo com horários de trabalho mais prolongados.

É inaceitável que o salário mínimo e médio sejam dos mais baixos da Europa. É igualmente inaceitável que tenhamos que esperar anos e promessas em cima de promessas por uma real e efectiva valorização salarial que nos permita fazer face aos sucessivos aumentos de tudo e mais alguma coisa. Desde os combustíveis, aos bens de consumo essenciais, às rendas de casa, às despesas na saúde e da educação... **tudo aumenta, todos os anos, menos os salários!**

Na administração pública e no sector empresarial do Estado, no plano local, agrava-se a retórica que apontam constrangimentos financeiros para não solucionar os vastos e complexos problemas que há décadas enfrentam os respectivos trabalhadores. Contudo, para a banca privada, as parcerias público-privadas, as rendas do sector energético, os juros da dívida pública (que urge

renegociar nos seus prazos e montantes), nunca faltam verbas, muito pelo contrário!

Acresce o famoso plano de recuperação e resiliência (PRR) que aponta milhares de euros para o nosso país, acenados insistentemente pelo 1º Ministro ao longo dos últimos meses, mas que na prática em nada se refletem na melhoria das condições de vida de quem trabalha, quer sejam trabalhadores do sector público ou do privado.

Aos trabalhadores da administração pública, após 12 anos sem aumento real dos salários, o Governo propôs 0,9%! Uma proposta que devia fazer corar todos os membros deste Governo. Sobre todas as restantes reivindicações, apresentadas a 29 de Setembro último pela Frente Comum dos Sindicatos da administração Pública (FCSAP), que o STML integra, o Governo nem pestaneja, simplesmente recusa-se a solucionar problemas que hipotecam o futuro dos serviços públicos, degradando pelo caminho a vida de mais de 700 mil trabalhadores.

Dia 20 de Novembro, dando continuidade e profundidade à greve nacional da Administração Pública de 12 de Novembro, lutamos pela valorização e dignificação dos trabalhadores, em particular pelos da cidade de Lisboa, na Câmara e Empresas Municipais, também das Juntas de Freguesia.

**Pré-aviso de greve das 13h00 às 21h00 do dia 20 de Novembro, com concentração às 14h30 no Marquês de Pombal.**

**Adormecidos e calados, NÃO! Faz ouvir a tua voz, junta-te à luta que também é tua!**



# Proposta do Governo para o OE/2022 dá azo a uma crise política artificial

**A proposta do Governo para o Orçamento do Estado/2022, que acabou por ser rejeitada na Assembleia da República pela maioria dos partidos, contando com o voto favorável apenas do PS, além da abstenção do PAN e das duas deputadas independentes, não respondia minimamente aos problemas e necessidades do país e dos portugueses. Do ponto de vista exclusivo dos trabalhadores da Administração Pública, continuava a manter os serviços públicos fora das prioridades e persistia na política de baixos salários.**

Ao mesmo tempo que o governo prevê um cenário macroeconómico com crescimento substancial - **5,5% para 2022** -, à mesa das negociações nunca deu sinais de querer ultrapassar o problema da estagnação salarial ou da deterioração das carreiras que condenam e prejudicam muitos milhares de trabalhadores. Em suma, rejeitou em toda a linha as propostas da Frente Comum, sem nunca apresentar contrapropostas dignas desse nome.

Relembramos que o Governo apontava para uma actualização salarial de 0,9%. Tal significaria valores miseráveis para quem não tem aumentos há 13 anos. Ainda no capítulo da despesa com a Administração Pública, o investimento apresentado na proposta de OE significava uma quebra na ordem dos 29,4 milhões de euros de 2021 para 2022, demonstrando as opções políticas do PS no que diz respeito aos serviços públicos.

Assim sendo, não se estranha o chumbo a que foi sujeito, sabendo que as motivações dos partidos à direita são radicalmente distintas dos partidos à esquerda. Uns pensam em eleições e

relembrem os tempos da troika, outros exigem respostas aos problemas dos trabalhadores e do povo português. O Orçamento só não foi aprovado, em síntese, porque o Governo do PS liderado por António Costa assim não o quis.

Sublinha-se igualmente que o chumbo da proposta do Governo não implica automática e forçosamente a dissolução da Assembleia da República e o agendamento de eleições antecipadas. Ao Governo é-lhe dada a possibilidade de apresentar um nova proposta de orçamento no prazo de 90 dias. Se não o fez é porque simplesmente não teve vontade de negociar à esquerda, procurando os consensos possíveis. As vontades políticas, quer do Governo, quer do Presidente da República, como percebemos, foram claramente outras...faltarão questionar no interesse de quem?

## **A artificialidade de uma crise política...**

Recusando consensos com a esquerda parlamentar que nos últimos anos permitiram ao PS constituir Governo e governar tendo em conta as preocupações dos trabalhadores, aposentados e reformados num período pós-troika, recuperando muitos dos atropelos a que foram sujeitos mas deixando muitos mais por solucionar, optou este ano, no âmbito da discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2022, ignorar e negar as possibilidades no campo da reposição/melhoria dos direitos e rendimentos que os trabalhadores legítima e justamente reivindicam.

Diríamos neste cenário, de autêntico oportunismo político por parte do PS/António Costa na tentativa de criar uma crise política artificial que pudesse justificar a marcação de eleições



## chumbado no Parlamento

antecipadas pelo sempre voluntarista e disponível Presidente da República, relembre-se, ex-líder máximo do PSD. Marcelo Rebelo de Sousa mostra neste seu último mandato enquanto Presidente do país, a sua verdadeira simpatia e associação à direita que sempre acompanhou desde a sua mais tenra idade.

Nesta ‘família feliz’ entre os velhos do arco da desgovernança (PS-PSD-CDS e agora os sucedâneos destes dois últimos), se constroem caminhos claramente opostos aos interesses do país, dos trabalhadores e do povo português.

Falamos dos ‘falsos consensos’ que eternizaram uma realidade de baixos salários num país com uma dependência pelo mercado externo que hipoteca o futuro do seu desenvolvimento económico, facto construído em simultâneo com a sucessiva destruição do aparelho produtivo nacional.

Falamos também no crónico desinvestimento nos serviços públicos e das funções sociais do Estado, alavancando no horizonte a vontade totalitária e exclusiva dessa figura abstracta a quem chamam “mercado” na satisfação das necessidades comuns, na prática, defendendo cada um destes partidos políticos, em separado ou em conjunto, com maior ou menor retórica, com mais ou menos demagogia, hipocrisia e cinismo, a lei da selva, o salve-se quem puder. Nem a simpatia 24 horas-sete dias por semana do “presidente dos afectos” disfarça esta realidade da qual sempre fez parte, logicamente.

Por exemplo, a habitação, a saúde ou a educação para quem a possa pagar, a preços, naturalmente bem significativos e sempre

inalcançáveis para a imensa maioria dos portugueses. Coloca-se em causa, através desta filosofia tão em moda, o Estado social e, conseqüentemente, o Estado de Direito democrático fundado neste país com a revolução de 1974, enquadrado pela Constituição da República Portuguesa tão mal tratada pelos partidos que, no essencial, sempre estiveram, não de costas voltadas, mas sempre de mãos dadas face aos interesses egoístas de uns poucos que todos eles defendem. Quem se esquece da recusa dos hospitais privados em receberem doentes-covid numa altura em que o SNS estava à beira do colapso? Como sempre afirmámos, o “público é de todos, o privado é só de alguns!”

Certo é, que o simples facto de se prever eleições antecipadas não é forçosamente sinónimo de ‘crise política’. Aliás, muito pelo contrário. A possibilidade dos cidadãos portugueses puderem escolher livre e democraticamente através do voto os seus representantes nada mais significa que a expressão máxima da democracia. Como poderíamos então associar a palavra *crise* ao acto de eleições? Interesse todavia, é que no acto de votar, cada português perceba a sua responsabilidade no futuro que terá por diante.

**“Se não tenho outra voz...”**

**José Saramago**

Se não tenho outra voz que me desdobre  
Em ecos doutros sons este silêncio,  
É falar, ir falando, até que sobre  
A palavra escondida do que penso.  
É dizê-la, quebrado, entre desvios  
De flecha que a si mesma se envenena,  
Ou mar alto coalhado de navios  
Onde o braço afogado nos acena.  
É forçar para o fundo uma raiz  
Quando a pedra cabal corta caminho  
É lançar para cima quanto diz  
Que mais árvore é o tronco mais sozinho.  
Ela dirá, palavra descoberta,  
Os ditos do costume de viver:  
Esta hora que aperta e desaperta,  
O não ver, o não ter, o quase ser

*Os poemas possíveis.* 3ª ed.,  
Lisboa: Editorial Caminho, 1981.



**José Saramago (1922-2010)**

Filho e neto de camponeses, José Saramago nasceu na aldeia de Azinhaga, província do Ribatejo, no dia 16 de Novembro de 1922, se bem que o registo oficial mencione como data de nascimento o dia 18. Os seus pais emigraram para Lisboa quando ele não havia ainda completado dois anos. Fez estudos secundários (liceais e técnicos) que, por dificuldades económicas, não pôde prosseguir. O seu primeiro emprego foi como serralheiro mecânico, tendo exercido depois diversas profissões: desenhador, funcionário da saúde e da previdência social, tradutor, editor, jornalista. Publicou o seu primeiro livro, um romance, *Terra do Pecado*, em 1947, tendo estado depois

largo tempo sem publicar (até 1966). Trabalhou durante doze anos numa editora, onde exerceu funções de direcção literária e de produção. Colaborou como crítico literário na revista *Seara Nova*. Em 1972 e 1973 fez parte da redacção do jornal *Diário de Lisboa*, onde foi comentador político, tendo também coordenado, durante cerca de um ano, o suplemento cultural daquele vespertino.

Foi militante do Partido Comunista Português e pertenceu à primeira Direcção da Associação Portuguesa de Escritores. Foi, de 1985 a 1994, presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Autores. Entre Abril e Novembro de 1975 foi director-adjunto do jornal *Diário de Notícias*. A partir de 1976 passou a viver exclusivamente do seu trabalho literário, primeiro como tradutor, depois como autor. Casou com Pilar del Río em 1988 e em Fevereiro de 1993 decidiu repartir o seu tempo entre a sua residência habitual em Lisboa e a ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias (Espanha). Em 1998 foi-lhe atribuído o Prémio Nobel de Literatura.

**Relembramos que este espaço é disponibilizado aos associados.** *Aqui poderão divulgar as suas aptidões para a poesia, quem sabe para uma opinião crítica sobre os problemas que marcam o nosso tempo, ou até para alegorias nas suas várias expressões. Quem aceitar o desafio, poderá remeter as suas propostas para [stml@stml.pt](mailto:stml@stml.pt) ao cuidado do **Corpo Redactorial d'O Trabalhador do Município de Lisboa**. Ficamos a aguardar os vossos contributos.*



## **FESTA DE NATAL 2021**

O STML vai realizar nos próximos **dias 1, 4 e 5 de Dezembro** a tradicional Festa de Natal dirigida aos associados do Sindicato. Depois de um ano de interregno pelo motivo da pandemia da covid-19, estarão disponíveis três datas na Companhia de Circo Chen, localizado na Belavista. As datas definidas são os dias 1, 4 e 5 de Dezembro, sempre às 15h00.

Esperamos que este momento de convívio entre os associados e seus familiares corresponda às expectativas de adultos e crianças, não esquecendo nem descurando todas as regras que a pandemia ainda determina.

A distribuição dos bilhetes realizar-se nos dias **nos dias 26, 29 e 30 de Novembro, das 9h30 às 17h30 na Sede do Sindicato**.

Como em anos anteriores, devem ser respeitadas as normas definidas para a distribuição dos bilhetes para o Circo. Concretamente, relembramos que:

- cada associado com quotas em dia terá direito a **dois (2) bilhetes** para a sessão pretendida;
- é de carácter obrigatório o preenchimento da declaração que acompanha a presente edição d'*O Trabalhador do Município de Lisboa*;
- no caso de haver filhos com idades entre os 4 e os 14 anos de idade, é imperativo acompanhar a referida declaração com a **cópia do Cartão de Cidadão do (s) menor (es) em causa**.

Como sempre, apelamos a todos os associados do STML que cumpram as indicações acima referidas, possibilitando assim o bom funcionamento na distribuição dos bilhetes.

**A todos, a Direcção do STML deseja um bom espectáculo e umas excelentes festas!**